

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.741.650 - MG (2018/0117122-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : C R P
ADVOGADOS : CÉSAR AUGUSTO MOREIRA - SP129373
PEDRO AUGUSTO NASCIMENTO PASSOS - MG141764
FERNANDA SOMMER FONSECA NICOLAU - SP384794
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DESCLASSIFICAÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DESNECESSIDADE. PROSSEGUIMENTO NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E DA DISCRICIONARIEDADE. INEXISTÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não incide a Súmula 7/STJ quando a decisão se restringe ao enquadramento típico dos fatos, expressamente delimitados pelo acórdão recorrido, prescindindo de reexame fático-probatório.
2. Acolhida a tese objeto do recurso especial, no sentido da impossibilidade de desclassificação da conduta para a descrita no art. 61 da Lei de Contravenções Penais e consequente determinação de retorno dos autos à origem para julgamento da apelação e afastamento da tese defensiva desclassificatória, não há falar em afronta ao princípio da proporcionalidade nem ao da discricionariedade do juiz.
3. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogério Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator